Tomás Pompeu de Sousa Brasil

Um Senador do Império
(Esboço biográfico)

José Marcelo de Alcântara Pinto

3ª Parte
A iniciação política

O Gabinete da Maioridade (24 de julho de 1840) não resistiu à discórdia que se estabeleceu entre os seus membros — Antônio Carlos e Martim Francisco, ministros do Império e da Fazenda, apoiados por Antônio Paulino Limpo de Abreu, da Justiça, discordavam de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, dos Negócios Estrangeiros, o que fazia resultar um clima de incompreensões que prejudicavam os negócios públicos.

Por outro lado, D. Pedro II, apesar de muito jovem, agastara-se com a violência política praticada por Antônio Carlos — demitiu quatorze presidentes de Província — e por Antônio Paulino Limpo de Abreu — removeu juízes de direito, exonerou chefes de polícia e suspendeu comandantes superiores e oficiais da guarda nacional.

Esse procedimento faccioso, injustificado para seu espírito já precocemente eqüânime, levou o soberano a julgar necessária a inovação do governo. Era o princípio da "maioridade constitucional" que passaria a exercer a partir de 1844, quando não hesitou em provocar a rutura com Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Visconde e Marquês de Paraná) e os conservadores.

A causa imediata da retirada do governo do primeiro Gabinete do reinado de D. Pedro II foi a demissão do coman-

dante das armas da Província do Rio de Janeiro, proposta por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho e contrariada pelos dois irmãos Andradas e por Antônio Paulino Limpo de Abreu. O monarca deu razão ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. (1)

Aureliano Coutinho mantinha-se no novo Conselho de Ministros (pasta dos Negócios Estrangeiros), enquanto os outros titulares eram elementos do Paço, ressalvando-se Miguel Calmon du Pin e Almeida, muito ligado por relações de amizade a Bernardo Pereira de Vasconcelos, o mais perigoso adversário político dos Andradas, e Paulino José Soares de Sousa, "conservador puro" e que mantinha laços de estima com o jovem imperador. (2)

Com o intuito deliberado de destruir o domínio liberal que se fortalecera com a vitória eleitoral de dezembro de 1840, os ministros apresentaram à Coroa (1º de maio de 1841) um relatório sobre a situação do país, asseverando: "A salvação do Estado, tal qual se acha constituído pela Constituição e seu Ato Adicional, exige que a atual Câmara dos Deputados seja substituída por outra, a quem a liberdade do voto dê o caráter de representante da opinião nacional e a força moral indispensável para firmar entre nós o sistema monárquico-constitucional-representativo". (3)

D. Pedro II dissolveu a Câmara temporária, convocando "desde já, outra, que se reunirá a 1º de novembro do corrente ano" (o decreto foi lido na sétima sessão preparatória, realizada a 1º de maio de 1842, presidida por Martim Francisco Ribeiro de Andrada). (4) Então, a desforra dos conservadores foi completa em todo o país.

Meses depois, a 27 de julho, o mesmo Gabinete, sob pretexto das "perturbações ocorridas na Província de São Paulo e na de Minas Gerais", impossibilitaram "as eleições de Deputados à Assembléia Geral" que deveria se instalar a 1º de novembro, alcançou "transferir para o dia 1º de janeiro do futuro ano de 1843 a reunião da referida Assembléia". (5)

Era o início do domínio conservador que se manteria com

---

(1) ROCHA POMBO, *História do Brasil*, Rio de Janeiro, s/d; HÉLIO VIANA, *Da maioridade à Conciliação* — 1840-1847, Rio de Janeiro, 1945.
(2) PEDRO CALMON, *O Marquês de Abrantes*, Rio de Janeiro, 1933.
(3) BARÃO DE JAVARI, *Organizações e Programas Ministeriais*, págs... 84/85, 2.ª ed., Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1962.
(4) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados*, 1842, volume único, pág. 88.
(5) BARÃO DE JAVARI, obra cit., pág. 86.

o Ministério de 23 de janeiro de 1843, organizado por Honório Hermeto Carneiro Leão que o constituiu de elementos de seu partido que se impunha a todos os setores políticos do Império — Senado, Câmara dos Deputados e Conselho de Estado. (6)

Representando a consagração oficial desse prestígio, foi o primeiro Gabinete de feição nitidamente partidária do governo do jovem monarca e que deixou o poder devido a um desentendimento de Honório Hermeto com Saturnino de Sousa e Oliveira que ocupava o cargo de inspetor da Alfândega da Corte desde 1833, irmão de Aureliano.

Tudo começou quando o funcionário investiu contra o deputado Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde de Uruguai), titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. Saturnino de Sousa e Oliveira estava amargurado por não ter conseguido ser nomeado para a vaga do padre Diogo Antônio Feijó (falecido a 11 de novembro de 1843), senador pela Província do Rio de Janeiro.

Realizada a eleição (janeiro de 1844), Honório Hermeto influiu para que a escolha imperial recaísse em Joaquim José Rodrigues Torres (22 de fevereiro), seu íntimo amigo e parente próximo, e que seria Visconde de Itaboraí.

Saturnino de Sousa e Oliveira somente anos mais tarde, quando já tivera assento nos Conselhos da Coroa, ocupando as pastas da Justiça e dos Negócios Estrangeiros — Gabinete de 22 de maio de 1847, presidido e organizado por Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas (7), foi que conseguiu ser nomeado para a Câmara Vitalícia.

---

(6) Foram ministros: José Antônio da Silva Maia, Império; senador Honório Hermeto Carneiro Leão, Justiça e Negócios Estrangeiros, substituído, interinamente, por Paulino José Soares de Sousa; deputados Joaquim Francisco Viana, Fazenda; Joaquim José Rodrigues Torres, Marinha; Salvador José Maciel, oficial general do Exército, Guerra (*Barão de Javari*, obra cit., págs. 89/90).

(7) Foi o 1.º Presidente do Conselho de Ministros, cargo criado pelo decreto n.º 523, de 20.7.1847. Compunha-se o Gabinete: Manuel Alves Branco, 2.º Visconde de Caravelas, Presidente e Ministro do Império e da Fazenda; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Justiça; Saturnino de Sousa e Oliveira, Negócios Estrangeiros; Cândido Batista de Oliveira, Marinha; Antônio Manuel de Melo, Guerra (*Barão de Javari*, obra cit., pp. 99/100), Manuel Alves Branco nasceu na Bahia (7.6.1797), e faleceu em Niterói (13.7.1855). Bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, foi deputado à Assembléia Geral, Senador do Império e Ministro da Coroa (SACRAMENTO BLAKE, *Dic. Bibliográfico Brasileiro*, 6º vol., págs. 7/9, ed. do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1970).

Na eleição de setembro daquele ano, para preenchimento da vaga do Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), que faleceu a 11 de setembro de 1846, teve o seu nome incluído na lista tríplice, competindo com José Alexandre Carneiro Leão, depois Visconde de São Salvador de Campos, e Manuel José de Sousa França. Foi nomeado por carta imperial de 11 de outubro de 1947, mas não chegou a tomar posse; morreu a 18 de abril de 1848.

Sua nomeação levantou grande celeuma entre partidários e adversários, pois concorrera com outro homem do Paço (José Alexandre Carneiro Leão) que fora enviado a Nápoles para trazer a imperatriz, D. Teresa Cristina, em 1843, para vir casar-se no Rio de Janeiro. (8)

A retirada (2 de fevereiro de 1844) de Honório Hermeto Carneiro Leão e de seus companheiros de ministério fez com que fosse encarregado do novo Gabinete o senador José Carlos Pereira de Almeida Torres (mais tarde Visconde de Macaé), que, a 24 de maio seguinte, obteve de D. Pedro II a dissolução da Câmara dos Deputados (o decreto foi lido na sessão daquele dia presidida por Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda (seria Barão de Pirapama), que, interrompendo o discurso de Frederico de Almeida e Albuquerque que atacava, violentamente, o governo, fez com que o Visconde de Barbacena, Brás Carneiro Nogueira da Costa Gama (depois, conde do mesmo título), primeiro secretário, procedesse sua leitura. (9)

Começava o denominado "qüinqüênio liberal" (de 2 de fevereiro de 1844 a 29 de setembro de 1849), compreendendo seis Gabinetes, e que transcorreria tropegamente, por entre dissensões de todo tipo.

Chamados pela necessidade de afirmação pessoal do so-

---

(8) HEITOR LIRA, *História de D. Pedro II — Ascensão: 1825-1870*, vol. I, pág. 103; SACRAMENTO BLAKE, obra cit., 7.º vol., págs. 198/200; OCTACIANO NOGUEIRA e JOÃO SEVERO FIRMO, *Parlamentares do Império*, pág. 312, ed. do Senado Federal, Brasília, 1973; AFONSO DE E. TAUNAY, *O Senado do Império*, págs. 238/239, Livraria Martins, S. Paulo, s/d.

(9) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs Deputados*, 3.º ano da 5.ª legislatura, págs. 325/326, ed. de 1881. Para a nova legislatura (1845-1847), houve manipulação eleitoral, reduzindo os conservadores a um pequeno grupo combativo que ficou conhecido como *patrulha* (SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, "II — O Brasil Monárquico, 2 — *Dispersão e Unidade*, pág. 524, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972).

berano, os liberais não se sentiam ainda senhores da situação, pois era de 1842 o movimento que tinham feito em São Paulo e em Minas Gerais e a anistia aos envolvidos fora decretada a 14 de março de 1844 (o ato do Poder Executivo foi referendado pelo Senador Manuel Alves Branco que ocupava as Pastas da Justiça e da Fazenda).

Por outro lado, tinham de se acautelar ante a importância do grupo que cercava o imperador, cuja influência sabiam ser decisiva. Não podiam sentir-se firmes, e, assim, pouco seguros se mantiveram ao longo do período de seu poder.

Não se desenvolvera, ainda, de maneira precisa, o espírito partidário, de modo que era possível a existência de uma facção, como a "praieira", de Pernambuco, que se associava aos conservadores para defender a tese da presença dos magistrados na política, insurgindo-se contra a idéia das incompatibilidades, sustentada pelos liberais do Sul.

Liberais pernambucanos não apoiaram paulistas e mineiros no movimento de 1842, como paulistas e mineiros não sustentariam pernambucanos em 1848. Interesses regionais predominavam sobre as teses, dificultando a consciência partidária, sem falar nos aspectos domésticos, vivos em ambas as correntes.

É constante, durante o período, a lembrança de conciliação entre os dois partidos em que se dividia a opinião pública. Poder-se-ia apontar, de um lado e de outro, gente de formação e de mentalidade diversas das encarnadas pela bandeira a que se abrigava: liberais entre conservadores, conservadores entre liberais.

O Conselho de Ministros do senador José Carlos Pereira de Almeida Torres era um grupo pálido de políticos, com liberais não muito ortodoxos e um conservador. (10) Para se fortalecer, afastou as autoridades mais comprometidas, e, se na câmara dos deputados as forças pareciam equilibradas, logo vieram as disputas e as suspeitas, alimentadas sobretudo pelos próprios liberais divididos.

---

(10) Senadores José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé), pasta do Império; Manuel Alves Branco (2.º Visconde de Caravelas), Justiça, mais tarde substituído por Manuel Antônio Galvão, e da Fazenda; Ernesto Ferreira França, Negócios Estrangeiros; deputados Jerônimo Francisco Coelho, Marinha (depois substituído pelo senador Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque; Jerônimo Francisco Coelho, Guerra, *Barão de Javari*, obra cit. págs. 91-92).

Daí a desaprovação ao Gabinete, traduzida na rejeição do capítulo das inelegibilidades na reforma eleitoral, causa imediata da remodelação ministerial de 26 de maio de 1845 (deixaram os cargos o senador Manuel Antônio Galvão — Justiça —, Ernesto Ferreira França — Negócios Estrangeiros — e Jerônimo Francisco Coelho — Guerra).

Realmente, ao fim do exercício da administração, as grandes teses liberais de reforma da guarda nacional, a questão das incompatibilidades (o primeiro a manifestar-se, desfavoravelmente, foi o deputado Joaquim Nunes Machado, um dos chefes da "Praia", apoiado por Jerônimo Francisco Coelho e Ernesto Ferreira França, a reforma da lei de 3 de maio de 1841, entre outras, não haviam sido votadas, nem mesmo debatidas como deviam. Convinham aos que estavam no governo. Demais, não existia unidade liberal, como se vê, sobretudo, na questão do exercício da política pela magistratura, tese defendida pelos "praieiros" e combatida pelos "luzias" do Sul.

O Conselho de Ministros organizado a 2 de maio de 1848 oferecia garantias aos "santas luzias" (liberais mineiros), pois nele estavam os deputados José Joaquim Fernandes Torres e João Paulo dos Santos Barreto, ocupando as pastas da Justiça e da Guerra.

Mas desgostava aos "praieiros" (liberais de Pernambuco), desafetos do deputado Joaquim Marcelino de Brito e do senador Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, Visconde de Albuquerque, ocupantes dos ministérios do Império e da Fazenda.

Não era fácil, assim, a posição do partido que detinha o poder. Uma influente facção chegaria a repelir as nomeações imperiais de Antônio Pinto Chichorro da Gama e de Ernesto Ferreira França (15 de março de 1847) para senadores: os "luzias" unidos à "Praia" queriam sacrificá-los, o que acabaram conseguindo (anulação do pleito pelo Senado, na sessão de 16 de junho de 1847). (11)

Dessa confusão resultava, como anotou Francisco Otaviano (12), que Urbano Pessoa de Melo e Joaquim Nunes Machado não hesitariam em se unir aos "saquaremas", fortalecendo a oposição, levando o Gabinete a se exonerar quando ainda não chegara a governar um ano.

---

(11) AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., págs. 227-228.

(12) VANDERLEI PINHO, *Cartas de Francisco Otaviano*, pág. 31, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.

Aos liberais faltavam decisão e unidade. Minados pelos próprios correligionários, os Conselhos de Ministros que organizavam pouco duravam à frente da administração imperial: o de 2 de fevereiro de 1844 teve vida curta, e, em 1848, dois se sucederam no decorrer do primeiro semestre, revelando a fragilidade da situação política que se desmoronava.

Era evidente que D. Pedro II precisaria apelar para os conservadores, uma vez que não podia mais compor-se com os chefes liberais que pouco importavam em revelar sua diversidade de vistas e choques de princípios.

Quando foi apresentado o pedido de demissão do Ministério pelo deputado Bernardo de Sousa Franco (seria Visconde de Sousa Franco), titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, que substituira o senador Francisco de Paula Sousa e Melo na presidência do Conselho (18 de agosto de 1848), o monarca convocou o senador José da Costa Carvalho, então visconde de Monte Alegre, que declinou, sugerindo o nome de Pedro de Araújo Lima. (13)

O então Visconde de Olinda assumiu o poder a 29 de setembro de 1848 para nele se manter até 8 de outubro de 1849, quando, alegando motivos de saúde, deixou a Presidência do Conselho e o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. (14)

* * *

A situação liberal, com suas divergências, contrariava a índole do senador José Martiniano de Alencar, que, amadurecido pela atividade política e conhecimento da natureza humana, era

(13) "Operava-se uma nova transformação no cenário político: depois de quatro anos de ostracismo voltava o poder ao partido conservador. Não passou, porém, em silêncio essa mudança e dois gritos se fizeram ouvir: um, ao Norte, nos fragores da revolução praieira; outro, partido daqui desta cidade, e repercutindo em todo o país, das páginas brilhantes, mas injustas, de um panfleto célebre — *O Libelo do Povo* —, de Timandro".
"Em pouco, extinguindo-se, entretanto, abafados pelo mesmo eco que havia provocado, a morte de Nunes Machado patenteou o sacrifício inútil daquela rebeldia, a cooperação de Torres Homem, nos Conselhos da Coroa, veio mostrar a pujança das instituições que Timandro pretendera demolir" (*Jornal do Commércio*, ed. de 30-9-1848, Rio de Janeiro, coleção da Biblioteca Nacional, Seção de obras raras).

(14) O senador José da Costa Carvalho, então Visconde de Monte Alegre, aceitando a chefia do Gabinete de Ministros, fez modificações: para as pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda foram nomeados, respectivamente, Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Torres (*Barão de Javari*, obra cit., pág. 105).

contrário ao exclusivismo partidário que somente servia para tornar mais evidentes as cisões existentes entre os dirigentes de seu partido.

Em 1842, não aprovara a tomada às armas pois sabia que a ação repressiva do governo seria drástica: o desmoronamento das forças sediciosas foi seguido da suspensão das garantias constitucionais. Os principais chefes presos foram deportados para Lisboa a bordo da fragata "Paraguaçu" e lá conservados a pedido das autoridades brasileiras sem direito à locomoção.

Notícias de intuitos sediciosos dos liberais, na Corte, provocaram no Senado (14 de setembro de 1841) um incidente entre José Martiniano de Alencar e Cândido José de Araújo Viana (então visconde de Sapucaí: seria marquês do mesmo título) que era Ministro do Império, afirmando os desafetos deste que fora esbofeteado pelo político cearense.

O *Diário do Rio* procurou dar tonalidade de escândalo ao fato, divulgando o seguinte: "Houve, com efeito, vias de fato e quanto ao nobre Ministro do Império, quis desagravar-se dando com uma cadeira no sr. Alencar, foi obstado pelo sr. Visconde do Rio Vermelho (Manuel Inácio da Cunha Menezes) que o segurou pelo braço. Depois disso houve sessão e o próprio sr. Alencar tomou assento na mesa como primeiro secretário."

"Dão por motivo deste atentado ao sr. Paula Sousa (Francisco de Paula Sousa e Melo) que freqüenta a casa do Ministro do Império, e contou ao sr. Alencar o que ali ouviu a seu respeito."

O jornal insistia: "Tinha já principiado a sessão, quando entre o dito sr. Ministro do Império e o dito sr. Alencar houve uma discussão bastante animada, recorrendo este último a vias de fato sem dúvida para convencer o nobre Ministro! Nada menos era de esperar do digno instrumento do Ministério passado, mandado para o Ceará a fim de doutrinar aqueles povos ao sistema do cacete."

"É o segundo sacerdote que no Paço do Senado recorre a vias de fato que convencer; e se o sr. padre José Bento (Leite Ferreira de Melo) fosse severamente punido quando insultou o ancião João Evangelista (de Faria Lobato), por certo o sr. Alencar não se atreveria agora a insultar um Senador e Ministro da Coroa."

"Não sabemos ainda que providências tomou o Senado sobre este atentado: talvez fique impune como o outro". (15)

A posição de José Martiniano de Alencar veio provocar, finalmente, o esfriamento das suas relações até então mantidas com os liberais do Sul que o viam comprometido com os "praieiros" (apesar de amigo de Joaquim Nunes Machado, Ernesto Ferreira França e Antônio Pinto Chichorro da Gama, chefes da "Praia", não os incentivou à rebelião, em Pernambuco).

Em 1847, doente, viajou para o Ceará; agravando-se seu estado de saúde, desembarcou em Salvador onde permaneceu algum tempo. Voltou à Corte em abril de 1848, disposto a se afastar da política.

A verdade é que o Senador Alencar abrira mão da resistência às leis reacionárias e se aproximara dos elementos moderados, passando desde então a adotar uma posição discreta que o levaria a se afastar da orientação partidária que imprimia aos amigos de sua Província.

A anulação pelo Senado da eleição de junho de 1846, realizada em Pernambuco, quando foram nomeados Antônio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França, desgostou-o profundamente. Ademais, feitas novas eleições (dezembro de 1847), a câmara vitalícia anulou novamente. (16)

Diante disso, tornou-se indiferente às hostilidades que ir-

---

(15) Edição de 15.9.1841, ano XX, coleção da Biblioteca Nacional, Seção de obras raras, Rio de Janeiro; S.A. SISSON, *Galeria dos Brasileiros Ilustres,* tomo I, págs. 169-174. O Senador Alencar foi acusado, em 1842, de ser o chefe de uma imaginária assossiação dos *Invisíveis,* sendo processado com o padre Diogo Antônio Feijó, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, e absolvidos.
O padre José Bento Leite Ferreira de Melo nasceu em Minas Gerais (6.1.1785), e morreu assassinado (8.2.1844), em Pouso Alegre, da mesma Província, onde era vigário colado. Envolvido nas sedições de 1833 e 1842, foi perseguido. Deputado à Assembléia Geral, foi nomeado Senador (carta imperial de 8 8 1834), na vaga de Jacinto Furtado de Mendonça (falecido a 20 1.1834), concorrendo com Manuel Inácio de Melo e Sousa, Barão de Pontal e Bernardo Pereira de Vasconcelos (SACRAMENTO BLAKE, "Dic." cit., vol. 4.º pág. 338; AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., pág. 210).

(16) O imperador não fez as nomeacões porque o Senado antecedeu-se e anulou o pleito (sessão de 29 5 1848). Constituía-se a lista sêxtupla: Antônio Pinto Chichorro da Gama, 968 votos; Ernesto Ferreira Franca, magistrado, 944; Francisco Honório Bezerra de Menezes, proprietário, 941; Manuel Paulino de Gouveia Muniz Feijó, 940; Manuel Barbosa da Silva, 914; Manuel de Sousa Teixeira, Barão de Capiberibe, 845 (AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., pág. 228).

romperam com toda violência entre as duas casas do Parlamento (viria a se constituir numa das causas da queda do domínio liberal, em novembro de 1848, quando veio somar-se outra que se desenvolvera paralelamente e que dizia respeito à interpretação do art. 61, da Constituição do Império).

* * *

Os vinte anos que se intercalam entre 1830 a 1850 envolveram o Brasil numa série de lutas que traduzem, de maneira confusa, diferentes interesses, assim como diversos matizes de idéias. Republicanismo federalista, monarquismo constitucional eram as duas tendências que dividiam as elites intelectuais do país.

O lento processo de aburguesamento, que atinge a sua perfeição por volta de 1870 entra, a partir de 1850, em franco desenvolvimento e o ecletismo que o acompanha parece propor a todos os sistemas filosóficos uma espécie de tratado de paz. Também iria procurar viver em harmonia com as diretrizes da Igreja, visando, talvez, substitui-la um dia.

As classes políticas do tempo aceitavam as relações decorrentes do regalismo da Coroa que fazia resultar o enfraquecimento progressivo das ordens religiosas e o crescente desprestígio do clero brasileiro. (17)

Refletiam-se, pois, no país, as aventuras do ecletismo europeu (18), que por força do cenário político que se configurava iria servir à tentativa de união de "luzias" e de "praieiros" para anestesiar os elementos tradicionalmente moderados.

Justiniano José da Rocha apresentou uma síntese da conjuntura política que existia: no período de 1840 a 1852, o vigor do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado. Por conseguinte, o que arredava dos liberais as simpatias da massa nacional era o constante apelo para as armas, de que se serviam.

Claras as origens que justificavam a agitação, dois fatos iriam servir de estopim: a primeira anulação pelo Senado (sessão de 16 de junho de 1847) da eleição de junho de 1846, em Pernambuco, e a segunda (sessão de 29 de maio de 1848) do pleito de dezembro de 1847, também daquela província.

---

(17) Padre JÚLIO MARIA, *A Religião, in* "Livro de Centenário (1500-1900)", vol. I, pág. 3.

(18) CLÓVIS BEVILÁQUA, *Esboços e Fragmentos*, pág. 24, ed. Lammert, Rio de Janeiro, 1899.

Provocaram tumulto no Recife, começando os chefes "praieiros" a insuflar a população, reacendendo o ódio contra portugueses e a oposição entre brasileiros natos e adotivos. As famílias Cavalcanti e Rego Barros, identificadas como "baronistas" ou "guabirus", foram apontadas como cúmplices dos lusitanos.

Pugnou-se pela proibição do comércio a retalho aos estrangeiros e a obrigatoriedade para qualquer negociante ter ao menos um caixeiro brasileiro, aspectos que assinalavam a união entre os "praieiros" e os movimentos sociais de vanguarda dos quais antes se isolavam e aos quais combatiam.

Exigiram, depois, a demissão dos comandantes militares, e, por fim, a eleição de 7 de setembro na capital de Pernambuco, se realizou sob clima de terror, tomada que foi a cidade nos dias 7, 8 e 9 por bandos de "patriotas" a dar morras aos "chumbos" e aos seus protetores, sendo praticadas depredações e agressões.

O deputado Joaquim Nunes Machado foi identificado à frente desses grupos, atitude que o *Correio Mercantil*, na Corte, justificaria como censura à fraqueza e abandono dos interesses partidários pelo governo. (19)

* * *

Fixando residência no Ceará, Tomás Pompeu de Sousa Brasil dedicou-se aos deveres do sacerdócio (em 1854, era vigário geral forâneo da Província, assistindo à transferência do Santíssimo Sacramento e imagens da Capela do Rosário, que servia de Matriz, para a nova freguesia de São José de Ribamar, da cidade de Fortaleza).

Presidia o Ceará o conselheiro padre Vicente Pires da Mota (20) e pároco colado era o padre Carlos Augusto Peixoto

---

(19) Sobre a Revolução Praieira ver JERÔNIMO MARTINIANO FIGUEIRA DE MELO, *Crônica da Rebelião Praieira* (1848-1849), ed. do Senado Federal, Brasília, 1978.

(20) Nasceu em São Paulo (1.9.1799) e aí faleceu (30.10.1882). Padre, foi dos primeiros matriculados na Academia de Direito de S. Paulo, formando-se em 1832 (recebeu o grau de doutor no ano seguinte). Lente e diretor da mesma Faculdade, presidiu as Províncias do Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, S. Paulo, S. Catarina e Ceará (SPENCER VAMPRÉ, "Memórias para a História da Academia de S. Paulo". 1.° vol., págs. 159-160, edição do INL/CFC, Brasília, 1977; SACRAMENTO BLAKE, "Dic.", cit., 7.° vol., págs. 369-370).

de Alencar (homem de gênio irritadiço), em 1858, provocou rixa com Tomás Pompeu, levando José de Alencar a interferir: "Meu pai, fatigado e idoso, pede que evite atritos com o padre Carios, quando este estiver calmo lhe direi que não teve razão". (21)

Tomás Pompeu, às obrigações de sacerdote, juntava o trabalho da direção do Liceu onde ensinava geografia e história e os interesses da política, nunca se excedendo em atos de intolerância ou de desrespeito à dignidade dos adversários.

Atacado, certa vez e de modo desabrigo, pelo dr. José Lourenço de Castro e Silva (22), escreveu no seu jornal: "Minha vida pública é muito recente para ser conhecida de todos; data de 1844, tempo em que findando os estudos, voltei à Província, e resolvi ficar."

"Resolvendo fixar-me em minha Província, o que a princípio não tencionava, por ser lente do Seminário de Olinda, aderi franca e lealmente ao partido de meus parentes, e família, por convicção, e até por um dever; este partido era o chimango, em cujas fileiras se me tem visto até hoje com moderação e tolerância; mas com sinceridade e lealdade."

"Em que tempo me vistes equilibrista? Quando entrei na política achei os vossos amigos equilibristas ligados aos chimangos, e na minha boa fé tomando a liga como uma coesão (permita-me este termo de física) e não como coalisão, supus que havia um só pensamento, e interesse político e tomado por esse lado a liga, eu estimei; e aplaudi; porém quando depois os fatos, e confissões vieram explicar o sentido dela, segundo o sr. Albuquerque (Manuel José, de) assentei que o partido chimango tinha sido vítima de triste decepção, e que se rebaixava servindo de degrau, e instrumento dos saquaremas-equilibristas, e julgava então que as conveniências, e dignidade do partido não se compadeciam com a continuação da liga."

"Foram essas minhas convicções, que se todavia não fossem também dos chefes do partido, e de todo ele, não seriam

(21) RAIMUNDO DE MENEZES, *Cartas e documentos de José de Alencar*, pg. 17, ed. Hucitec, S. Paulo, convênio com o INL/MEC, 1977.

(22) Fez imprimir e distribuir um folheto intitulado *O Rompimento do Cearense* com os *Equilibristas*. A desvantagem e sem razão de semelhante proceder. Oposição do Senador Alencar a este rompimento. Conseqüência perigosa das divisões dos partidos. A conciliação geral como único meio de salvar a Província (Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro).

contudo em nome deles, e pelo seu órgão. Em que tempo quereis dizer que fui equilibrista? No tempo em que estávamos de boa fé? Então todos os chimangos o foram. Depois de conhecida a perfídia? Vós mesmo dizeis que eu fui o primeiro a proclamar o rompimento."

"Nesse tempo mesmo, quando ainda nos meus estudos em Olinda, já o vosso amigo Albuquerque me chamava chimango, e opunha-se nessa assembléia (provincial) a que fosse aprovada a jubilação de meu tio Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, que seu amigo sr. Dr. Raimundo (Ferreira de Araújo Lima) advogava a meu pedido, e levava a mal, que o Dr. Raimundo advogasse uma causa, aliás justa, a pedido de um chimango."

"Quando aqui chegaram os deputados da eleição anulada, e tratava-se da segunda, os Drs. Miguel Fernandes Vieira e Raimundo Ferreira d'Araújo Lima, pelas antigas relações de amizade, que sempre tiveram comigo, e que ainda honra-me de conservá-las, procuraram-me e instaram bem comigo para aceitar um lugar em sua chapa, e trabalhar de acordo com eles."

"Eu não era admitido na chapa chimanga nem como suplente; nada, portanto, tinha a esperar; se pois tivesse menos escrúpulo e julgasse que podia-se ser chimango e saquerema ao mesmo tempo, teria aceitado a proposta, e pelo menos alcançado os votos, de que dispusessem os carangueios". (23)

Em 1846, compreendendo que a agremiação partidária a que pertencia, necessitava de um jornal, logrou editar *O Cearense* (o primeiro número é de 4 de outubro). Via que era indispensável orientar a opinião pública através do fluxo de notícias e de artigos sérios.

O órgão que fez imprimir e divulgar representava o atendimento da realidade então existente e deveria ser capaz dé integrar as forças da Província no conjunto do desenvolvimento histórico do país.

Sem poder fugir às idéias e aos princípios do tempo, compreendia que o jornal não teria nada de específico, mas, iria ofertar um aspecto novo ao desenrolar da política.

A sua iniciativa que contou com o apoio decidido de um proprietário rico que reconhecia os seus méritos intelectuais e que ajudara os seus estudos em Olinda, coronel Francisco de Paula Pessoa, não teria maiores vantagens porque tinha

(23) *O Cearense*, edições de 14 de março e 19 de abril de 1847, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, Rio de Janeiro.

de se cingir ao quadro geral do tempo, às suas características e às suas necessidades.

Mas o seu esforço ganhava em clareza porque apresentaria estudos dos problemas como os demográficos, os do desenvolvimento da vida urbana, os da instrução, os de estatística, permitindo aos homens de inteligência verificar, dentro da sucessão de cada etapa, a composição do público e as circunstâncias sócio-econômicas sempre em mudança.

A sua erudição, alicerçada em constantes e sólidos estudos (é de 1851, o *Compêndio de Geografia* que logo todo país conheceu. A primeira edição era dedicada "especialmente aos meninos das escolas públicas, às pessoas que ainda não se haviam dado ao estudo da matéria, àqueles que não dispunham de tempo para a leitura de extensos tratados").

Não se poupou a fadigas e despesas no arranjo do livro. Publicara antes um pequeno folheto de 44 páginas, *Princípios elementares de cronologia para uso do Liceu do Ceará,* datado de 1850. A segunda edição, correta e aumentada, do *Compêndio de Geografia* (a primeira tinha 284 páginas), apareceu em 1856, com 536 páginas. Já estava conhecido o livro: era adotado no Imperial Colégio Pedro II e nos liceus e seminários do país.

Veio, depois, a terceira edição, em 1859, com 519 páginas, também corrigida. Uma das edições era oferecida ao imperador D. Pedro II. Foi ele, assim, o mestre no estudo da geografia. Por quatro ou cinco décadas, nos institutos de humanidade, ao lado dos mapas de Delamarche, o que se encontrava era o seu *Compêndio,* já volumoso em adiantadas edições, minucioso, com uma ligeira notícia histórica de cada país, em tipos menores que o do corpo do livro.

Logo se impôs à admiração dos amigos e correligionários. Mas não foi fácil levar o Senador Alencar a assentir na solicitação de Gregório Francisco de Torres e Vasconcelos, reiterada por Francisco de Paula Pessoa (chefe liberal de prestígio, em Sobral), seria em 1848 nomeado Senador do Império na vaga do Marquês de Lages, João Vieira de Carvalho, falecido a 1º de abril de 1847), (24) para incluir o nome do padre Tomás

(24) Em dezembro de 1847, realizou-se no Ceará a eleição para preenchimento de duas vagas na representação da Província, no Senado do Império: Manuel do Nascimento Castro e Silva, (morte a 23.10.1846) e do Marquês de Lages (falecido a 1.4.1847).

À época, *O Cearense* assim noticiou os óbitos: "O Exmo. Sr. Conselheiro Manuel do Nascimento Castro e Silva, Senador por esta Província, faleceu na madrugada de 23 de outubro e foi sepultado na

Pompeu de Sousa Brasil entre os candidatos liberais à eleição para a 8ª legislatura (1845-1847) à assembléia geral.

Devotado ao Senador Alencar, o cel. Francisco de Paula Pessoa, já em 1833, recebia do chefe "chimango" (carta de 28 de janeiro de 1832) solicitação para prestigiar os candidatos do partido à eleição para a 3ª legislatura (1834-1837) da câmara dos deputados.

Assim respondia: "Não hesitei um só momento em abraçar as judiciosas reflexões de V. Exa. que me faz acerca dos candidatos e remeto uma lista da votação nominal dos mesmos". (25)

O pleito realizou-se num clima de violência de toda sorte. (26) Remetidos os documentos ao Ministério do Império para conhecimento da Câmara dos Deputados, na sessão de 7 de janeiro de 1845, foi lido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva o parecer da Comissão de Poderes (também assinado por Urbano Sabino Pessoa de Melo e Teófilo Benedito Otoni, seus outros dois membros) que assim concluía: "Seja anulada a eleição pela Província do Ceará para deputados à Assembléia Geral na atual legislatura; e que, comunicando-se esta resolução ao Governo, para mandar fazer com urgência uma nova eleição, se lhe recomende a adoção das medidas

---

Igreja do Carmo". (edição de 14.1.1847, quarta-feira, n.º 14, coleção da Biblioteca Nacional, Seção de obras raras, Rio de Janeiro). "Interior. Notícias diversas. Faleceu quinta-feira, 1.º do corrente, na Corte, e sepultou-se na manhã seguinte, no jazigo dos Terceiros da Penitência, o sr. Marquês de Lages, Senador por esta Província, membro do antigo Conselho de Estado", (edição de 26.4.1847, segunda-feira).

Para garantir a liberdade da eleição, prosidente Inácio Corrêa de Vasconcelos fez publicar no *O Cearense* a seguinte "Parte Oficial": "Havendo nesta data mandado suspender o recrutamento em toda a Província por se ter de proceder à eleição de dois Senadores pelas vagas ultimamente havidas no Senado, mandem todas as Câmaras da Província fazer isto público para conhecimento de todos", (edição de 27.5.1847, quinta-feira, n.º 53).

Da lista sêxtupla foram nomeados o cel. Francisco de Paula Pessoa e Cândido Batista de Oliveira, lente de matemáticas (cartas imperiais de 23.12.1848). Ver: AFONSO DE E. TAUNAY, obra cit., págs..... (195-196).

(25) Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos (autógrafos), 1-1,16.78.

(26) "Divididos os "caranguejos" em "equilibristas" e "caracarás", os primeiros se reunem à oposição ("chimangos") e pleiteiam unidos a eleição de deputados que por toda parte foi irregularíssima e deu lugar a diversos conflitos. Foi quando começou na vila (Granja), o expediente político dos processos por crimes fantasiados, o qual durou, no Ceará, largos anos". (João Brígido, *Efemérides do Ceará*, pág. 129, tip. Studart, Fortaleza, 1900).

que dentro do círculo da Constituição e das leis julgar adequadas para se conseguir naquela Província uma eleição legítima, regular e livre quanto ao menos o permitam as disposições que hoje regulam este objeto." (27)

Não teve fácil aprovação. Prolongaram-se as discussões, não se avolumando os atritos graças à habilidade do presidente da Câmara dos Deputados, Antônio Paulino Limpo de Abreu (seria Visconde de Abaeté).

Porque o Senador Alencar, influente nas fileiras de seu partido, e, também, dispondo de valiosas amizades entre os próprios adversários, jogava o peso de seu prestígio entre os membros do Gabinete (de 2 de fevereiro de 1844, tinha por figura mais importante o Ministro do Império, senador José Carlos Pereira de Almeida Torres).

Nas sessões de 11, 13, 18, 21 e 22 de janeiro, os discursos proferidos revelavam a exaltação das opiniões, notadamente de Ângelo Muniz da Silva Ferraz (futuro Barão de Uruguaiana), que, contando com a intervenção irônica e mordaz de João Maurício Vanderlei (depois Barão de Cotegipe), trocaria apartes quase sempre ásperos com Francisco Gonçalves Martins (depois Barão e Visconde de São Lourenço), afeito às lides parlamentares, e, por temperamento, ponderado (28). Finalmente, por maioria, o parecer obteve ser aprovado. (29)

A altivez de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva iria repelir, poucos dias depois, a representação dirigida à Câmara dos Deputados pelos conservadores cearenses, que, tendo à frente os drs. Francisco de Sousa Martins e Miguel Fernandes Vieira, pretendiam obter o reconhecimento de seus candidatos derrotados no pleito de dezembro de 1844. (30)

Somente na primeira sessão preparatória do terceiro ano da sexta legislatura, realizada a 25 de abril de 1846, da Câmara temporária, foram encaminhados à Comissão de Poderes "os diplomas dos srs. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Frederico Augusto Pamplona, Carlos Augusto Peixoto de Alencar e José Vieira Rodrigues, deputados eleitos pelo Ceará."

---

(27) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* 1.ª sessão da 6.ª legislatura, tomo 1.º, pág. 293.

(28) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* cits., págs. 129/134.

(29) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* cits., pág. 293.

(30) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* cits., tomo 3.º, págs. 5/6.

No dia seguinte, a Mesa recebia Aviso do Ministério do Império "acompanhado das atas autênticas dos colégios eleitorais da Província do Ceará, relativos à eleição de deputados à Assembléia Geral, que acaba de proceder-se em virtude de deliberação da Câmara dos Senhores Deputados."

No dia 29 (5ª sessão preparatória), foi lido e aprovado sem debates o parecer da Comissão de Poderes: "Sejam declarados deputados pela Província do Ceará os srs. Antônio Pinto de Mendonça, Frederico Augusto Pamplona, Joaquim José da Cruz Seco, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Manuel Soares da Silva Bezerra, Vicente Ferreira de Castro e Silva, João Fernandes Barros e Tomás Pompeu de Sousa Brasil, primeiro suplente na ordem de votação, em conseqüência do falecimento do Sr. José da Costa Barros; assim como seja admitido a tomar assento o Sr. José Vieira Rodrigues de Carvalho, hoje primeiro suplente, visto o impedimento participado do Sr. João Fernandes Barros."

"Anunciando-se estarem na sala imediata os deputados reconhecidos, foram introduzidos com as formalidades do estilo, prestam juramento e tomam assento." (31)

(31) *Anais do Parlamento Brasileiro — Câmara dos Srs. Deputados,* cits., tomo 3.º, pág. 9.